TL 5765

1. O enquadramento internacional

Os últimos anos e meses assistiram a mudanças significativas na cena política internacional: em simultâneo com o esboço de desmoronamento dos blocos político-militares e consequente rearranjo das esferas de influência definidas no pós-guerra (decorrentes da emergência de novas potências zonais,candidatas a potências globais), verificou-se o recuo generalizado dos regimes de partido único e a instauração de democracias parlamentares (referimo-nos obviamente ao leste europeu, mas também e fundamentalmente à América Latina, Africa e Ásia, aliás seus percussores).

Estas duas tendências têm tido e terão efeitos determinantes na definição do que será a matriz planetária do futuro. De facto, à escala internacional, altera-se o número e importância dos actores principais em cena, são reformulados por cada um deles os objectivos, as estratégias e a política de alianças; a nível doméstico, nos países onde se verificam alterações de regime, pode também ocorrer (embora nem sempre) fenómeno semelhante, motivado pela alteração de prioridades derivada da recomposição de forças internas.

No momento presente é em grande medida especulativo tentar formular previsões devido à grande volatilidade da situação; no entanto algumas linhas-mestras parecem poder esboçar-se. Iremos enunciá-las com referência ao impacto que poderão ter para com a questão de Timor-Leste:

a) Recuo das zonas de influência e de intervenção directa das duas superpotências, com a emergência de novos poderes

regionais: o Japão será no futuro o "patrão" do SE asiático.

é visível o surgimento da Europa unificada (e dentro desta, da Alemanha) como potência global; há já também indícios seguros de que o Japão se prepara para assumir um papel semelhante na área da Asia/Pacífico. A penetração económica (com a constituição dum sistema orbital de satélites económicos) o Japão irá juntar a penetração política, em paralelo com o seu fortalecimento militar. Cumprindo parcialmente o papel de potência-delegada dos EUA na zona (os quais se voltarão mais para a sua área tradicional de influência, o Pacífico Oriental e a América Latina), a verdade é que o Japão tem objectivos muito próprios que podem vir a traduzir-se num relacionamento com os países da zona bastante diferente do dos EUA ou do tido por si próprio até aqui. Consequência algo inesperada do novo papel do Japão pode ser a alteração do esquema de alianças regionais de que a recente aproximação (até no plano militar) entre a Indonésia e a Austrália talvez seja um sintoma.

O Japão (e também a opinião pública japonesa) irá ter no futuro um papel-chave na zona e deverá ser um alvo diplomático privilegiado. Parece claro que a sua capacidade de intervenção junto da Indonésia é (por motivos fundamentalmente económicos) superior à dos EUA. Irá usá-la? Em que circunstâncias? Em que sentido?

b) Aumento da pressão internacional sobre regimes ditatoriais: a complacência da CEE e apoio dos EUA à Indonésia deixarão de ser tão empenhados.

A redução da conflitualidade global enfraquece o papel e o apoio das grandes potências aos seus "gendarmes regionais"; regimes de ditadura (dos quais uns dos últimos exemplares

de grande escala é a Indonésia) situados em países estrategicamente importantes vinham sendo apoiados directamente ou indirectamente por uma ou outra grande potência (por vezes alternadamente), mesmo a expensas de violações persistentes dos direitos humanos das suas populações.

É sabido que a prazo a estabilidade de relações entre Estados é melhor garantida por regimes em que exista alguma forma de plebiscito popular do poder, no sentido da formação de consensos nacionais em relação a essas alianças. Por esse motivo as superpotências (EUA e URSS) se têm ultimamente vindo a empenhar na construção de alternativas de poder daquele tipo nos seus aliados. Ressalvando o papel de relativa autonomia que a Indonésia tem conseguido manter face aos EUA, é natural que este país (e num futuro próximo o Japão) à semelhança do que se passou por exemplo na Coreia do Sul e nas Filipinas, procure por em marcha o processo de transição para uma democracia parlamentar; é também natural que, se não sujeitar a Indonésia a pressões nesse sentido, pelo menos, deixe de se empenhar tão fortemente no seu bloqueio quando vindas de outros.

c) Perca crescente de importância das políticas de não-alinhamento e possível desaparecimento a prazo do movimento dos não-alinhados (MNA).

Com a desagregação dos blocos, o não-alinhamento perde razão de ser, o Leste aproxima-se do Oeste e reforça-se o confronto Norte (desenvolvido)/Sul (subdesenvolvido). Devido ao carácter heterogéneo do MNA, o decair do seu papel irá dar provavelmente origem ao realinhamento dos países que o constituem e de outros do 3º mundo, com base em motivações de tipo geográfico (grupos regionais), cultural ou étnico, num quadro possível de crescente crispação com o Norte rico. Detectar essas linhas de recomposição de forças será fundamental para a escolha dos

alvos diplomáticos. Não faz sentido privilegiar como interlocutor o MNA ou seus líderes no momento actual. A confirmar-se esta tendência, existe o risco de capitalização por parte da Indonésia junto dos países do Sul de sentimentos anti-coloniais cristalizados na sua oposição a Portugal (país do Norte "rico", com pretensas ambições neocoloniais): um reforço de solidariedade do Sul das (ainda muitas) ditaduras contra o norte dos Direitos Humanos?

d) Desideologização dos conflitos e emergência de nacionalismos: casos como o de Timor-Leste tendem ao enquistamento e não à volatilização.

O período de distensão internacional que se vive é normalmente apontado como razão dos significativos avanços que se têm verificado na resolução de alguns complicados conflitos regionais (África Austral, América Central, Cambodja, Afeganistão, etc.). Há quem daí tenha extrapolado a conclusão da tendência para a gradual extinção de todos os focos de instabilidade localizada ou guerras de baixa intensidade.
Tal não nos parece ser de todo aceitável. Nas situações referidas atrás os contendores agiam de alguma forma como interpostos actores num teatro mais vasto, isto é as suas lutas, podendo ter uma componente própria, funcionavam essencialmente como zonas de contacto da estratégia de superpotências em colisão (URSS e EUA, fundamentalmente); por isso apresentavam como traço comum o de serem conflitos com uma forte base ideológica. Esse é realmente um tipo de confronto em "vias de extinção" (pelo menos na sua caracterização mais imediatamente ideológica, podendo eventualmente ressurgir com uma de outro tipo, porventura mais profunda). Existe todavia uma classe de conflitos que não é provável que diminua de intensidade: são aqueles que tem tido uma reduzida carga ideológica/política e um diminuto papel nos jogos de rearranjo de esferas de

influência, mas que em contrapartida estão ancorados em raízes mais profundas, de tipo étnico, linguístico, religioso ou no seu conjunto: de tipo nacionalista.
Está-se a verificar nos nossos dias uma certa relaxação da força coesora dos antigos centros, o que está a abrir espaço para a afirmação de tendências centrípetas, para a afirmação das diferenças: novos nacionalismos emergem. Outros, mais antigos (o timorense é apenas um entre vários) permanecem bem vivos e assim irão provavelmente continuar.

2. A Indonésia

Em relação ao Estado ocupante, ele também apanhado por estes ventos de mudança, alguns aspectos (uns já antigos, outros mais recentes) merecem ser salientados:

a) Apesar da estabilidade política, os factores de crise permanecem.

Alguma agitação social (centrada no movimento estudantil e em algumas faixas de campesinato pobre - disputas sobre direitos de propriedade da terra - em início de articulação entre si) não altera a imagem internacional da Indonésia, como um país basicamente estável. No entanto o futuro apresenta-se problemático. O poder está centralizado nas mãos de um só homem, o presidente, sustentado pelas Forças Armadas. O partido que o apoia com maioria parlamentar e os dois restantes, os únicos permitidos, não passam de folclore, pois o seu papel real é quase nulo. Suharto tem sabido administrar fidelidades no seio das FFAA e eliminar possíveis concorrentes. Mas está a envelhecer (71 anos) e a sua substituição próxima (a processar-se, tudo indica, no seio do exército) pode abrir um enorme conflito entre facções deste.

A falta de qualquer alternativa política organizada ao actual regime (não existe nada que se aproxime do conceito ocidental de "oposição") pode vir a complicar muito esse processo de sucessão. Por outro lado, o peso da sociedade civil tem vindo a crescer nos últimos anos e camadas da burguesia urbana exigem um maior acesso ao poder.
O "perigo" do fundamentalismo islâmico foi temporariamente minorado na sequência do desmantelamento do movimento Usroh (mais tarde NII - "Estado Islâmico Indonésio") e da vaga de prisões de líderes religiosos que se lhe seguiu (88 e 89); a prova de que esse ideais continuam a ser no entanto um importante pólo de atracção, nomeadamente para as populações rurais de Sumatra (em particular Aceh) e do norte/centro de Java, são os julgamentos de activistas islâmicos que - às dezenas - têm lugar um pouco por toda a Indonésia.

b) O processo de reordenamento económico irá aumentar as tensões internas.

A braços com uma dívida externa de cerca de 50 biliões de dólares (a 3ª ou 4ª maior do mundo) a Indonésia tem conseguido gerir de forma bastante eficaz a sua economia. Suportado em 1986/7 o primeiro embate da quebra dos preços do petróleo (a principal fonte de divisas, representando cerca de metade das exportações), a situação parece actualmente sob controlo: o investimento estrangeiro atinge níveis recordes (3 ou 4 biliões de dólares/ano), a inflação permanece baixa (na casa dos 10% /ano) e o produto continua a crescer a bom ritmo; o espectro da crise económica e social que então se vislumbrou parece afastado. No entanto a economia indonésia permanece altamente condicionada, sendo as concessões e monopólios a sua forma normal de funcionamento; caracteriza-se ainda por uma íntima união entre a facção militar no poder e o capital, privado e público. Por razoes internas mas principalmente externas (das quais se salientam as pressões de organismos e

entidades creditícias estrangeiras - com particular destaque para o Japão) procede-se já e muito mais no futuro, à desregulamentação económica e ao desarmamento de normas que impedem o funcionamento do mercado em moldes liberais. As principais consequências previsíveis deste processo são: uma maior penetração do capital estrangeiro e consequentemente o seu maior acesso as esferas de decisão; o enfraquecimento da base de apoio económica, logo política, de camadas significativas da élite militar no poder, potenciando os riscos de agudização dos seus conflitos internos); o ascenso político da tecnocracia urbana e do capital privado.

Nos últimos 5 anos de vigência da "Nova Ordem" - ao contrário dos anteriores 15, em que foi possível a manutenção ou mesmo diminuição das desigualdades de repartição de rendimentos - o crescimento de uma classe de médios e grandes empresários, coexistiu com uma comprovada pauperização dos estratos urbanos mais baixos (assalariados, mas fundamentalmente artesãos, vendedores ambulantes e "lumpen", em geral). Para além das inevitáveis tensões sociais que tal acarreta, existe um outro factor de risco, que é ser a minoria chinesa a dominar esmagadoramente o mundo dos negócios na Indonésia. Isto sabendo-se do ódio latente que tradicionalmente lhes é consagrado pelos javaneses (recorde-se que do meio milhão a um milhão de membros e simpatizantes do PKI massacrados aquando do golpe de 65 pelas tropas de Suharto e milícias civis, a grande maioria eram chineses). Por outro lado, e a experiência internacional recente é prova disso, as exigências de reforma económica acabarão por ter consequências em termos políticos, forçando a prazo uma maior liberalização interna.

c) Os movimentos pró-democracia tem uma importância crescente.

Apesar da sua ainda reduzida audiência junto dos órgãos do poder, a quantidade e qualidade da intervenção dos sectores da sociedade indonésia que protagonizam a mudança está em ascenso. O movimento estudantil atinge a mobilização mais forte do último decénio, movimentos cívicos surgem um pouco por todo o país, militares de elevada patente na reserva emitem declarações polémicas, deputados sugerem um reforço do papel do Parlamento, a sociedade civil exige a redução da intervenção dos militares na vida pública, os grupos ecologistas começam a intervir (a anulação do investimento gigante de 1 bilião de dólares da Scott Paper na Indonésia foi em parte resultado da sua acção). O embrionário movimento de defesa de Direitos Humanos referiu-se publicamente à questão de Timor-Leste pela primeira vez no último ano e surgem na imprensa reflexões críticas sobre o tema. Todas estas movimentações traduzem as importantes transformações sociais que se verificaram na Indonésia: na sequência da prosperidade económica dos últimos 20 anos estruturou-se uma classe média e uma intelectualidade urbana que - em grande medida influenciada pelas experiências democratizantes quer do leste europeu, quer da região - exige maior transparência e democracia.

3. **Posição de Portugal**

Cabem a Portugal, antigo colonizador e legalmente reconhecido como "potência administrante", particulares responsabilidades na condução do processo. No entanto o seu desempenho tem deixado a desejar. Porquê? Que mais poderá fazer?

a) Conflito de interesses

Pensamos que a chave para o entendimento do comportamento nitidamente oscilatório (embora persistentemente sofrível

ou medíocre e nunca brilhante) do Estado português reside no facto de a questão de Timor-Leste exigir à classe política dominante uma difícil e conflituosa gestão de interesses contraditórios. Os responsáveis debatem-se entre a procura de efeitos internos (junto da base em última instância do seu poder, o eleitorado) e a necessidade de salvaguarda de fidelidades externas (ou da imagem que delas têm). A primeira daquelas obrigações impõe-lhe um comportamento agressivo ou talvez antes espectacular (os portugueses, sondagens realizadas em 1989 por dois semanários mostram-no, continuam após estes 15 anos a achar - por pequena maioria, é certo - que é possível uma solução para Timor-Leste que não passe pela Indonésia e conservam - por grande maioria, neste caso - um rancor muito profundo contra esse país). A segunda impõe-lhes "descrição" e "realismo". O desconforto sentido no tratamento da questão de Timor-Leste não é exclusivo do governo. Também os partidos políticos enquanto corpo (excluindo portanto comportamentos atentos e activos de um reduzido número de responsáveis partidários) têm menosprezado ou até ignorado a questão. Sintoma disso é a quase completa paralisia de que tem vindo a enfermar a Comissão Eventual da AR, a qual não se justifica exclusivamente pelo "congelamento" governamental via partido maioritário ou pela consabida "falta de meios". Já uma referência positiva deverá aqui ser feita ao desempenho da comunicação social nacional, mas também estrangeira, que ao longo dos últimos anos deu um grande salto qualitativo no tratamento da questão: não só lhe são dedicados amplos e crescentes espaços informativos, como a própria qualidade dos materiais produzidos melhorou muito, existindo actualmente uma mão-cheia de jornalistas a especializarem-se (não em exclusivo, naturalmente) no tema. Ao trabalho destes profissionais se deve em parte alguns dos sucessos políticos do passado recente e da implantação do assunto junto da opinião pública portuguesa.

b) Uma política externa incoerente e dependente.

Provavelmente desde sempre, mas com maior intensidade após 74, da política externa portuguesa, desapareceu quaisquer vestígio de afirmação própria: o atlantismo (colagem rasteira à leitura americana da situação internacional) primeiro, e depois o europeísmo foram a regra; num caso tão importante como os PALOP nunca se conseguiu propiciar a formulação duma política autónoma e credível. Essa ausência de uma linha condutora coerente (em boa medida resultado da persistente instabilidade governativa pós-74) está também presente ao longo de todo o processo de Timor-Leste: como se pode levar a sério a diplomacia dum Estado que por um lado faz questão em afirmar-se como potência administrante com um processo de desarmonização por efectuar (relativo ao maior dos territórios não-autónomos ainda inscritos na respectiva lista das NU) e por outro vota contra o projecto das mesmas NU de considerar a década de 90 como a "década da descolonização"? Uma diplomacia que pede a condenação da invasão indonésia de Timor-Leste e é a única europeia (com o Reino Unido, de M. Tatcher) a apoiar a intervenção americana no Panamá? A agravar o cenário, o facto de decénios de cultura política miserabilista ter convertido aos olhos dos políticos a Indonésia numa potência fulgurante face a um Portugal pigmeu. O assunto é "difícil", existem "importantes" interesses económicos em jogo por parte dos nossos aliados europeus, portanto é prudente não lhes exigir demasiado, diz-se. Ora, parece-nos que Portugal tem o direito de exigir dos seus parceiros comunitários mais, bastante mais, do que as simpáticas e vagas declarações sobre direitos humanos (raramente abordando o fundo político do assunto...) que o representante do país-membro presidente em exercício emite nos locais e momentos da praxe. Tem o direito (e o dever) de exigir declarações também natureza política e mais do que isso, a sua concretização em acções práticas no âmbito das políticas comunitárias comercial e de cooperação para com a Indonésia. Temos a sensação (e gostaríamos que nos provassem o contrário...) que se não o consegue, é porque não o tenta devidamente.

E que dizer do nosso aliado americano (recorde-se aos distraídos que Portugal e os EUA são parceiros militares, de pleno direito, enquanto que a Indonésia sendo embora membro da ASEAN não tem nenhum acordo militar a ligá-la aos EUA)? Não é conhecida nenhuma tentativa de levar a questão junto do governo americano (é aliás o único país em que nos últimos anos, os nossos governantes tem primado pela ausência de qualquer referência pública à quéstão durante as visitas oficiais). Um exemplo interessante do tipo de exigências e contrapartidas a levantar ao governo dos EUA, é-nos dado pelo tratamento que no âmbito da NATO (mas também da CEE, conseguindo bloquear muitas das manobras de aproximação da Turquia) a Grécia tem dado à questão de Chipre.

c) Capitalizar em termos de imagem

A par da tese dos "meios escassos" (que em última análise é correcta, embora se esteja ainda longe de se poder dizer que se atingiu o limite da capacidade da pressão diplomática), surgiu ultimamente a teoria das "contrapartidas"; segundo ela, Portugal estaria a fazer um enorme esforço político e até financeiro na questão de Timor-Leste, com o custo de contrapartidas que se veria obrigado a ceder em troca do apoio às suas posições. A ter alguma base de verdade (o que está para provar), mais uma vez se está perante uma visão estreita dos factos; na realidade Portugal enquanto país pode capitalizar mais (em termos de imagem pública internacional, em termos políticos e morais, em termos de reforço da sua posição estratégica) pelo empenhamento inteligente e actuante na questão de Timor-Leste, de que quaisquer eventuais custos que isso lhe possa acarretar, ou do que os ganhos de qualquer multimilionária campanha de imagem realizada através de alguma empresa especializada.

d) Realçar o carácter colonial do conflito

Algumas opiniões surgiram ultimamente defendendo um certo apagamento do papel de Portugal no processo, no sentido de conseguir uma maior internacionalização do conflito e o quebrar do círculo fechado Portugal/Indonésia. Aceitando a justeza do principio da internacionalização da questão (e ainda de abri-la à participação da terceira parte, a mais interessada, os próprios timorenses) deverão em qualquer circunstância ser salvaguardadas as especiais responsabilidades que continuam a caber a Portugal como responsável pela promoção do processo de descolonização, evitando qualquer "lavar de mãos" em relação ao assunto e ainda reforçando o carácter do conflito como de tipo colonial (opondo um povo colonizado ao seu colonizador - actualmente a Indonésia). É de facto essa característica que o distingue de dezenas de outras guerrilhas autonomistas, que lhe dá "status" jurídico, que o internacionaliza.

e) Procurar um medianeiro

A ideia da internacionalização da questão, prende-se à de descobrir um parceiro chave de Portugal para o processo, ou como também se diz de um "padrinho". Essa entidade, que poderia ser um Estado ou uma personalidade (ou até ambos, em simultâneo) teria por função criar condições para - de forma informal - promover a aproximação e o contacto das partes desavindas (e aqui estamos a incluir naturalmente os timorenses/as suas organizações representativas). Experiências recentes de casos semelhantes em variadas zonas do globo mostraram as potencialidades desta forma de abordagem. A entidade a escolher deveria ter um significativo peso moral/institucional (no caso de um indivíduo) ou prestígio diplomático e político (caso de um Estado) e, estando empenhada no desenlace da questão (de forma a poder intervir, sugerindo/pressionando, junto das

partes envolvidas) não poderia no entanto ser parte directamente interessada. Existe um conjunto de individualidades e de países que poderiam preencher estes requisitos, desde que fosse posto em marcha o processo. O tipo de iniciativas que realizariam não se substituiria ao papel até agora desempenhado pelas NU, antes o complementaria.

4. **Pistas para uma solução**

Partindo do princípio - e não deverão restar dúvidas sobre esse aspecto - de que comungamos da mesma definição de objectivo estratégico, entendido aqui como a promoção dum genuíno acto de autodeterminação no território, com subsequente concretização da vontade expressa da população, acreditamos ser politicamente viável a sua realização, na plenitude.

a) O conflito está para durar: não haverá solução aceitável a curto/médio prazo

Ganhar esta batalha irá exigir do Estado português (o principal interveniente no processo diplomático) para além de vontade política, tempo e trabalho (incluindo neste capítulo a disponibilização dos meios necessários). Só nesta perspectiva será, pensamos, garantidamente possível obter a vitória; não quer isto dizer que na ausência de um (ou de ambos) os componentes referidos atrás, fosse impossível ganhar; talvez seja, mas apenas admitindo a ocorrência de acontecimentos (ou seu encadeamento) com probabilidade que avaliamos reduzida (por exemplo, atentado suicida contra Suharto, levantamentos populares generalizados na sequência de vários anos de colheitas desastrosas, etc.); no entanto o grau de certeza desses eventos e portanto da obtenção do objectivo é muito baixa.

Não pensamos, infelizmente, que seja possível ou realista esperar a curto/médio prazo (num horizonte inferior a 5 anos) qualquer desenvolvimento significativo no sentido da concretização das anseios dos timorenses e muito menos sem trabalho árduo. Defendemos portanto a perspectiva de que, numa base de seriedade de abordagem, este é um assunto para durar; como tal deverá ser encarado, planeada e desenvolvida actividade em conformidade. Apesar dos importantes custos políticos (mais do que militares ou económicos) que a situação em Timor-Leste tem para a Indonésia e que já a levou a aceitar - ao contrário do que durante anos defendeu - o princípio da solução negociada (por enquanto apenas com Portugal...), esse país está ainda muito afastado de posições minimamente aceitáveis. A resolução do problema de Timor-Leste está intimamente ligada à evolução da sua situação interna, embora dela não dependa em absoluto; como vimos no ponto 2, é legítimo esperarem-se proximamente (5 ou mais anos) transformações importantes na sociedade indonésia.

b) é necessário fasear objectivos.

Por esse motivo, parece-nos que os objectivos políticos do Estado português deverão ser desdobrados e escalonados em fases - o número de anos é meramente indicativo.

Concretizáveis no curto prazo (menos de 3 anos) seriam resultados de natureza mais imediatamente humanitária (melhoria da situação dos direitos humanos, liberdade de acesso e movimentação, redução da presença militar na ilha, fim da transmigração, etc.). A médio prazo (3 a 5 anos) verificar-se-ia o cerco e isolamento diplomático da Indonésia e no longo prazo (mais de 5 anos) a realização do exercício do direito à autodeterminação por parte dos timorenses e a concretização dessa escolha.
Não existe nesta classificação qualquer critério de prioridade estratégica ou de concentração de forças nos

objectivos mais chegados no tempo, em desfavor dos mais distantes. A chave da classificação tem apenas a ver com o momento de concretização temporal dos mesmos; na realidade estão estreitamente articulados, uns implicam os outros, em crescendo, e sendo certo que se os de longo prazo não são realizáveis sem a verificação dos de curto ou médio prazo, também é verdade que sem a concretização dos últimos os primeiros ficam fortemente desvalorizados e incoerentes. Ao longo de todo o processo deverá estar sempre presente o objectivo último que nos orienta, nunca esquecendo de sublinhar o fundo político da questão.
No decurso deste período, Portugal exerceria uma acção persistente e continuada de desgaste diplomático da Indonésia, que gradualmente a forçasse a aproximar-se da aceitação da realização dum acto de autodeterminação.

c) Para uma definição táctica

Algumas das linhas de orientação em relação à abordagem do problema (listagem não exaustiva e sem preocupação de tipo hierárquico) poderão ser:

c1) intensificação da pressão diplomática sobre a Indonésia (aos mais variados níveis);

c2) continuação dos contactos negociais com esse país (ao contrário do que possa parecer não é contraditório com o anterior mas concorrente);

c3) promoção de iniciativas visando a realização de "contactos informais" entre todas as partes interessadas (incluindo timorenses);

c4) promoção da figura do medianeiro;

c5) reforço dos meios humanos e financeiros afectos ao tratamento da questão, seja em Lisboa, seja nas delegações diplomáticas externas;

c6) escolha de países-alvo chave:

- membros da CEE
- EUA
- Japão
- Palop's

(note-se que se exclui ou minoriza a intervenção junto dos Estados do 3º mundo, em geral, dos países de leste, da Austrália, entre outros);

c7) promoção de acções de diplomacia informal (valorização do papel de parlamentares e eurodeputados);

c8) especial atenção à opinião pública internacional e aos "media";

c9) decidido apoio político e financeiro aos movimentos nacionalistas;

c10) valorização do papel das ONG's.